

Economia Brasil

As outras faces da inflação

CELSE HAHNE

Que a inflação é um flagelo, não há quem negue. Ao longo das últimas décadas, sucessivos governos têm procurado vencê-la com recessões, reformas administrativas, políticas salariais e até com a própria estagnação da economia. Esse esforço trouxe pelo menos uma certeza: a inflação só será efetivamente combatida quando forem considerados todos os fatores, até mesmo os indiretos, responsáveis pela sua expansão.



22 MAR 1997

ESTADO DE SÃO PAULO

Que as causas da inflação são muito complexas, também não há quem negue. Nem é necessário ser ortodoxo ou heterodoxo para entender que entre essas causas muitas são deixadas de lado e nem sequer merecem a atenção dos especialistas, embora estejam diretamente vinculadas à inflação, além de interferir no desenvolvimento da nação e em sua estabilização econômica e social.

Essas causas, pouco comentadas, têm grande importância. A má qualidade da mão-de-obra, por exemplo, afeta os custos de uma nação. É consequência da deficiência do ensino e se reflete na competitividade e no domínio da tecnologia — condições indispensáveis para o ingresso no grupo restrito dos países do Primeiro Mundo. Sem um ensino de qualidade não é possível reivindicar aumento de produtividade e desenvolvimento científico.

A produtividade nacional está, atualmente, entre as mais baixas do mundo e contribui para a elevação dos custos em geral e o aumento da inflação. Além disso, coloca o trabalhador brasileiro em condição acentuada de inferioridade em relação a seus colegas estrangeiros, como alemães e japoneses, que trabalham mais e obtêm maior rendimento.

Mas não é só a deficiente produtividade nacional que tem relação com a inflação. Recentes pesquisas do IBGE indicam elevadas taxas de natalidade, principalmente nas grandes metrópoles, onde é maior a deficiência de serviços públicos. Até o ano 2000, de cada cinco brasileiros apenas um irá morar na área rural. O inchaço das cidades acarreta gastos adicionais, sem retorno, como horas perdidas no trânsito, redução da produção, desgaste excessivo dos trabalhadores (stress), aumento dos índices de poluição e redução da qualidade de vida.

Cresce a população, que já ultrapassa os 150 milhões de habitantes, mas não aumentam, na mesma proporção, os investimentos em infra-estrutura. Ao contrário, há uma redução — e até mesmo corte — de recursos para áreas prioritárias, como energia elétrica.

Sem produtividade à altura de suas necessidades e com sistemas de saneamento, transportes e abastecimento insuficientes para

atender às carências de uma população que aumenta a taxas superiores a 2% ao ano, o Brasil amplia seus déficits, como o habitacional, que hoje já ultrapassa os 12 milhões de moradias. Só a cidade de São Paulo recebe 300 mil novos habitantes a cada ano, o equivalente à população de um grande município.

O que acontece com o saneamento básico é ilustrativo. A falta de redes de água e esgoto provoca o agravamento das condições de saúde e aumento da mortalidade infantil. Doenças antigas, que se pretendia erradicadas, voltam às manchetes dos noticiários, como a dengue e a cólera, numa reedição dos críticos momentos enfrentados no início do século. Como no passado, o atual inamplio não tem condições de, sozinho, erradicar o mal pela raiz, sobrecarregado por muitas doenças, até mesmo as provocadas pela falta de saneamento. O ideal é não combater apenas as doenças, mas evitar suas causas.

O País precisa de planejamento, eficiência e o melhor resultado possível na ampliação e racionalização dos serviços oferecidos à população — a maneira mais adequada de se eliminar a elevação desnecessária de custos. Há necessidade de iniciativas nos mais diferentes setores, como o de matérias-primas que, geralmente de tecnologia inferior, são operadas em máquinas de baixa produtividade ainda distantes dos mais recentes avanços oferecidos às indústrias dos países desenvolvidos. Esses são ingredientes que, somados, também aumentam os custos e, em consequência, a inflação.

Esse atraso tecnológico é complementado por outro anacronismo: a tributação aplicada às empresas nacionais, excluindo o Imposto de Renda, atinge hoje 50% do seu faturamento. Além de a cobrança ser elevada, os recursos são muitas vezes mal aplicados. Dá-se prioridade a um sambódromo ou a um circuito de Fórmula 1 quando muito ainda precisa ser feito para reduzir as carências da população de menor renda.

É importante lembrar que o déficit público não é causa única da inflação. Se o fosse, grandes países, em adiantado estágio de desenvolvimento, já estariam em hiperinflação. No caso do Brasil, o déficit é aplicado para suprir despesas de custeio e não para investimentos.

A dívida externa também é, atualmente, outro problema sem solução aparente. Enquanto não encontra maneira de saldar seus débitos, o País não recebe investimentos estrangeiros fundamentais para o seu desenvolvimento. Não basta pagar os atrasados. É preciso restabelecer a credibilidade do Brasil no Exterior e atrair investimentos. Só assim a economia poderá se revigorar sem o fantasma da inflação e seus reflexos negativos. Acabar com esse "fantasma" é tarefa para muitos anos.

□ Celso Hahne, advogado, é presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplasti).